



Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da SANCOR Seguros do Brasil S.A relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Ambiente Econômico
“Expansão da classe média, novos consumidores, taxa de desemprego baixa e a expansão do crédito são os fatores que ajudaram que o mercado segurador registrasse esse bom desempenho”, ressaltou Marco Antonio Rossi, presidente da CNSEG, confederação das seguradoras. Estas são as palavras principais nas quais nos pretendemos apoiar para dar início ao relatório da administração da SANCOR Seguros do Brasil no seu primeiro ano de operação (9 meses) no mercado brasileiro, uma economia que começou a decolar em 2013 com índices de otimismo do setor empresarial baseados no bom crescimento e resultado econômico alcançado durante estes últimos anos, porém o ano de 2013 e o mercado mundial terminam com uma série de incertezas em vários aspectos econômicos de inflação, estrutura, segurança, câmbio, fiscal, etc. que marcam as pautas do grande desafio do governo brasileiro por encarrilhar novamente a economia nacional e gerar de novo a esperança do povo brasileiro e do mercado internacional em uma economia com grande potencial para seguir crescendo.

Um 2013 que termina com uma inflação acumulada em 2013 de 5,91% (ante 5,84% em 2012); os resultados obtidos mostram a persistência da inflação e os esforços do governo por manter a inflação nos níveis mais baixos possíveis com medidas para aumentar o consumo interno, manter a oferta local e o aumento permanente da SELIC permitiu ao Brasil seguir mantendo uma inflação constante. Ao longo do primeiro semestre o Banco Central iniciou um processo de elevação da taxa de juros para combater a elevação da inflação, aumentando a taxa SELIC em várias oportunidades iniciando em Janeiro de 2013 com 8,33% e para ficar neste mês de janeiro 2014 no patamar de 10,50%.

No mercado de seguros, nota-se que o ano termina com um crescimento do faturamento em prêmios diretos maior de 14% em termos reais, em comparação ao mesmo período do ano anterior com R\$ 290,6 bilhões em vendas de seguros, previdência, capitalização e saúde. Com um valor representativo de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que a carteira de investimentos do mercado segurador chegou a representar 12,9% do PIB em outubro de 2013. Este crescimento foi

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

CNPJ. 17.643.407/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

comandado principalmente pelo vigoroso aumento dos seguros patrimoniais e pessoais devido ao crescimento da renda das famílias e a oferta de produtos mais competitivos e de maior facilidade para o entendimento do consumidor; gerando assim melhor tranquilidade e segurança para os segurados brasileiros e a continuidade de um setor em constante expansão.

Para 2014, a aposta é avançar 15,6% em vendas totais, mantendo o percentual de crescimento acima da média de 10% apresentado nos últimos anos. Dentro dessas expectativas, seguros gerais deve avançar 12,8% no próximo ano, permanecendo o seguro de carro o líder do segmento, com 50% das vendas; 15% em previdência, com o VGBL na liderança e avanço dos seguros de vida ligados a viagem, prestamista e funeral; 23% em capitalização com aposta dos produtos de incentivo e que substituem o fiador em aluguel; e 16,7% de crescimento na venda de planos de saúde suplementar. Micro seguros avança timidamente, mas os seguros considerados pelas seguradoras como populares têm apresentado um crescimento constante, afirma o presidente da CNSEG.

Na economia global, as perspectivas apontam ritmo mais intenso da atividade em importantes economias maduras. Na Europa, em que pese avanços recentes, altas taxas de desemprego, aliadas à consolidação fiscal e incertezas políticas, constituem elementos de contenção de investimentos e do crescimento. Note-se que indicadores antecedentes compostos, divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), referentes a 2013, e indicadores coincidentes PMI, referentes a 2013 também apontam melhoras na margem em diversas economias avançadas e emergentes, em especial no setor manufatureiro, com perspectivas de crescimento compatíveis com a tendência ou acima desta. Em relação à política monetária, o Banco Central Norte-Americano (Federal Reserve) iniciou processo de redução gradual do programa de compra de ativos, no entanto, de modo geral, prevalecem posturas acomodaticias nas economias maduras. Da mesma forma, nas economias emergentes nas quais o Brasil se encontra (BRICS), a política monetária se apresenta predominantemente expansionista. A inflação continua em níveis moderados ou baixos nos Estados Unidos (EUA), na Zona do Euro e no Japão.

Reformulações Societárias

O ano 2013 foi marcado pela diretriz da entrada do SICOOB-PR como sócio acionista da Holding SANCOR Seguros Participações S.A. e por conseguinte a

sua entrada na SANCOR Seguros do Brasil - SSB-, este processo se consolidou com a aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP- no dia 11 de novembro de 2013.

O capital da SSB iniciou-se em 2013 com 9 milhões de reais e termina com um processo em aprovação da SUSEP para 16 milhões de Reais.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram neste primeiro ano de operação o valor de R\$ 3.900.096,99.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas totalizaram neste exercício de 2013 o valor a ser coberto de R\$ 2.385.470,50 e a Companhia com investimento em títulos vinculados, como ativos garantidores destas provisões no valor de R\$ 3.094.042,36.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia teve um resultado positivo em 15,26% sobre o valor dos prêmios emitidos.

Distribuição de dividendos

Neste momento a Companhia não fará distribuição de dividendos por ter iniciado este ano suas operações e termina o exercício com resultado negativo.

Perspectivas

A Companhia dará continuidade na busca de crescimento com lucratividade, atuando com investimentos e qualificação dos processos de atendimento aos corretores, nossos clientes e sempre melhorando na gestão de custos administrativos.

Sendo assim, a Companhia mantém se firme em seu planejamento estratégico, na subscrição, gestão de riscos e nas oportunidades; mantendo a inovação tecnológica, e sempre melhorando o relacionamento com clientes, corretores, governos e comunidade em geral.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Maringá, 28 de fevereiro de 2014. - **A Administração**

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais

Operações continuadas	
Prêmios emitidos líquidos (Nota 24.1)	3.900
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 24.2)	(2.214)
Prêmios ganhos (Nota 24.3)	1.686
Sinistros ocorridos (Nota 24.4)	(632)
Custos de aquisição (Nota 24.5)	(487)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24.6)	(100)
Resultado com resseguro	
Receita com resseguro (Nota 24.7)	13
Despesa com resseguro (Nota 24.8)	(138)
Despesas administrativas (Nota 24.9)	(7.576)
Despesas com tributos (Nota 24.10)	(230)
Resultado financeiro (Nota 24.11)	506
Prejuízo operacional.....	(6.958)
Prejuízo operacional antes dos impostos e participações	(6.958)
Imposto de renda diferido (Nota 25).....	1.718
Contribuição social diferido (Nota 25)	1.031
Participações sobre o resultado (Nota 26)	(36)
Prejuízo do exercício	(4.245)
Quantidade de ações	16.000.000
Prejuízo por ação - R\$.....	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social..... (6.994)

Ajustes para

Depreciação do imobilizado.....	71
Amortização do intangível	132
Provisões técnicas - seguros e resseguros	2.562

Variação nas contas patrimoniais

Ativos financeiros.....	(5.786)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.168)
Ativos de Resseguro.....	(177)
Títulos e créditos a receber.....	(267)
Despesas antecipadas	(287)
Custos de Aquisição Diferidos.....	(577)
Impostos e encargos sociais a recolher.....	315
Impostos e contribuições	25
Outras contas a pagar	379
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	751

Caixa aplicado nas operações **(12.021)**

Caixa líquido aplicado nas operações **(12.021)**

Atividades de investimento

Aquisição de cota de investimento	(2)
Aquisição de imobilizado	(490)
Aquisição de intangível.....	(2.281)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento **(2.773)**

Atividades de financiamento

Aumento de capital.....	14.806
-------------------------	--------

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento **14.806**

Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa..... **12**

Caixa no início do período **-**

Caixa no fim do período **12**

Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa **12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente no semestre apresentado. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Ativos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 464/2013 e normas específicas do CMN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação, em quatro categorias específicas: **(i) Classificação:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

continua...

Balança patrimonial em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	9.274	Circulante	4.032
Disponível	12	Contas a pagar	719
Caixa e bancos (Nota 6)	12	Obrigações a pagar (Nota 16).....	379
Aplicações.....	5.786	Impostos e contribuições a pagar (Nota 17.1).....	134
Títulos de renda fixa (Nota 7.1).....	5.786	Provisões e encargos trabalhistas (Nota 17.2).....	181
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.168	Impostos e contribuições (Nota 17.1).....	25
Prêmios a receber (Nota 8.1).....	2.168	Débitos das operações com seguros e resseguros.....	751
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	177	Operações com resseguradoras (Nota 18)	163
Prêmio de resseguro diferido (Nota 9).....	163	Corretores de seguros e resseguros (Nota 19).....	585
Sinistros de resseguros (Nota 9).....	1	Outros débitos operacionais (Nota 20).....	3
IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados (Nota 9)	13	Provisões técnicas - seguros	2.562
Demais ativos a receber	247	Provisão de prêmios não ganhos (Nota 21).....	2.214
Títulos e créditos a receber (Nota 10.1)	233	Provisão de sinistros a liquidar (Nota 21)	94
Créditos tributários (Nota 10.2).....	14	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Nota 21)	234
Outros créditos	20	Provisão de despesas relacionadas (Nota 21).....	20
Despesas antecipadas (Nota 11).....	287	Patrimônio líquido	10.561
Custo de diferidos (Nota 12).....	577	Capital social (Nota 22).....	9.000
Não Circulante	5.319	Capital social em aprovação (Nota 3.14).....	5.806
Realizável a longo prazo	2.749	Prejuízos acumulados (Nota 22).....	(4.245)
Tributos diferidos	2.749		
Tributos diferidos (Nota 25).....	2.749		
Investimentos	2		
Participações societárias - não financeiras (Nota 13).....	2		
Imobilizado	419		
Bens móveis (Nota 14).....	419		
Intangível	2.149		
Intangível (Nota 15).....	2.149		
Total do ativo	14.593	Total do passivo e patrimônio líquido.....	14.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Capital social em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013				
Constituição do capital social (Nota 3.14 e Nota 22).....	9.000	7.000	-	16.000
Capital a realizar (Nota 3.14)	-	(1.194)	-	(1.194)
Prejuízo do exercício	-	-	(4.245)	(4.245)
Em 31 de dezembro de 2013	9.000	5.806	(4.245)	10.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Sancor Seguros do Brasil S.A. (doravante “Seguradora” ou “Companhia”) foi constituída em 06 de setembro de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº5.031, de 20 de dezembro de 2012. Em virtude de o capital social ter sido aportado em fevereiro de 2013 e da Seguradora ter iniciado suas operações efetivamente em março de 2013, não há saldos do resultado em 31 de dezembro de 2012 e nem de balanço em 31 de dezembro de 2012, a serem apresentados, para fins de comparação. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. XV de Novembro, 871 - Sala 01, Zona 1, Maringá, Estado de Paraná - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Seguradora são exercidos pela Sancor Seguros Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A Sancor Seguros Participações S.A. detém 99,9% do capital social da Seguradora. A Seguradora tem por objeto social operar e explorar seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Patrimonial; • Pessoas Coletivo; • Pessoas Individual. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas da Seguradora em reunião realizada dia 19 de fevereiro de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo regulador, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 464 de 01 de março de 2013, e alterações posteriores que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das Seguradoras, com adoção a partir de 1º de janeiro de 2013. A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros na

categoria de “Avaliados ao valor justo através do resultado”. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. **2.1. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** A Medida Provisória nº 627 (MP 627/13), publicada em 11 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A MP 627/13 encontra-se presentemente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil - RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas. Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação). A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a regulamentação definitiva das alterações proferidas de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua (“moeda funcional”). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizada na apresentação das demonstrações financeiras.

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No semestre a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. (b) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 compreendem em caixa e equivalentes de caixa e a conta prêmios a receber de clientes. (c) Ativos financeiros disponíveis para venda: São avaliados pelo valor justo, os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas, decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Nas datas de negociação dos títulos, os ganhos e perdas são transferidos para o resultado. Em 31 de dezembro de 2013, não haviam títulos classificados nessa categoria. (d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos fechamentos dos balanços. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxos de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos. Em 31 de dezembro de 2013, não haviam títulos classificados nessa categoria. (ii) Reconhecimento e mensuração: As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. Em 31/12/2013 a Seguradora não mantinha títulos registrados como mantidos para venda. (iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados): A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou “impaired”. Para avaliação de impairment de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas incorrida decorrentes dos valores a receber a mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determina do devedor, conforme orientação da Circular SUSEP 464/2013, considera se existe evidência objetiva de impairment para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja impaired, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para impairment juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de impairment a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para impairment em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de impairment coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de impairment nesta categoria elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP 464/2013. 3.3. Ativos não financeiros: Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para impairment quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa. 3.4. Ativos intangíveis - outros intangíveis: (a) Softwares: Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o software pode ser vendido ou usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para impairment periodicamente pela Seguradora. (b) Licenças de uso de software adquiridos: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos. 3.5. Imobilizado: O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou “parte” de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é	calculada segundo o método linear e conforme o exercício de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 14. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. 3.6. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento: Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como “contratos de investimento” na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. 3.7. Passivos oriundos de contratos de seguros: A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos - PPNG é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao exercício de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial submetida a SUSEP, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP no 162/06 e alterações posteriores. (ii) A provisão de sinistros a liquidar - PSL é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisadas. (iii) A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia submetida e aceita pela SUSEP e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Seguradora. (iv) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de origemação dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. 3.7.1. Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test): A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) através da Circular n. 446 de 4 de julho de 2012, suspendeu a exigência do teste de adequação dos passivos na apuração das demonstrações financeiras intermediárias. 3.7.2. Custos de aquisição: Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. 3.8. Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. 3.9. Benefícios a empregados: De acordo com CPC 33, a Seguradora possui programa participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei no 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo (nota 26). 3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15%, conforme disposto na Medida Provisória no 413/08 convertida na Lei no 11.727 de 23 de junho de 2008. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no exercício. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas de 15% e 25%. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou “liability method”) segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. 3.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. 3.12. Arrendamentos: A Seguradora não manteve operações de arrendamento mercantil durante o exercício. 3.13. Capital social: As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. 3.14. Aumento do Capital social em aprovação: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2013, foi aprovada a emissão de 7.000.000 (sete milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor

nominal, em tudo iguais às anteriores, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) para cada ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º da Lei das S.A., perfazendo o valor total da emissão de R\$ 7.000 (sete milhões de reais). O aumento de capital ora aprovado foi integralmente subscrito, nesta data, pelo seu único acionista Sancor Seguros Participações S.A. (“SSP”), sociedade anônima brasileira, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.407.737/0001-38. Do total subscrito, R\$ 5.806 (cinco milhões, oitocentos e seis mil reais) foram integralizados imediatamente nesta data, sendo R\$ 4.106 (quatro milhões, cento e seis mil reais) mediante a capitalização de créditos da SSP contra a Companhia, correspondentes ao reembolso de despesas que a SSP incorreu enquanto a Companhia iniciava as suas operações, e transferência de ativos e R\$ 1.700 (um milhão e setecentos mil reais) em moeda corrente nacional. O restante, no valor de R\$ 1.194 (um milhão, cento e noventa e quatro mil reais) serão integralizados pela SSP dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar desta data. Como resultado da deliberação ora aprovada, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 9.000 (nove milhões de reais), passa a ser de R\$16.000 (dezesseis milhões de reais). O aumento do capital social está em aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, processo nº 15414.003260/2013-75. **3.15. Apuração de resultado: 3.15.1. Apuração de receita e despesas:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **3.15.1.1. Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por “impairment”, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **3.16. Resseguro:** Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela superintendência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela Superintendência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/ produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC.:** (i) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos (como exemplo, riscos especiais) A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas (nota 5). (ii) **Cálculo de impairment de ativos:** A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de “impairment” quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. (iii) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora não possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **5. Gerenciamento de riscos: 5.1. Gestão de risco:** A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Análise de sensibilidade; • Risco financeiro. Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração conheça-os de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. **5.2. Gestão do risco de subscrição:** O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

(b) Mitigadores do risco de subscrição -O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O Risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. São feitos os acompanhamentos para gestão dos riscos, onde uma das principais atribuições é o desenvolvimento d modelo interno para cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

(c) Mitigadores do risco de resseguro - No Brasil o risco da compra de resseguros é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto a SUSEP que são classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor. A política de compra de resseguros e aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à diretora da Companhia, que busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

(d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - Como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o teste de adequação de Passivo realizados em 31 de dezembro de 2013 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro.

5.3. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originada de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco. Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2013:

Classificação	A-	Sem rating	Valor de mercado
Caixa e bancos	-	12	12
Empréstimos e recebíveis- Prêmios a receber	-	2.168	2.168
Valor justo por meio do resultado			
Ativos pós-fixados.....	3.094	2.692	5.786
Públicos	3.094	-	3.094
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.094	-	3.094
Privados	-	2.692	2.692
Recibo de depósito cooperativo - RDC	-	1.921	1.921
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	771	771
Exposição máxima ao risco de crédito	3.094	4.872	7.966

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantidos pela Seguradora é de mercado. Estes instrumentos são incluídos em nível 1.

5.4. Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seu compromisso, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa do grupo SANCOR para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira.

5.5. Gestão de risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo SANCOR e aprovados localmente no Conselho da Administração.

Taxa de juros: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI.

Câmbio: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio ou outro indicador. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada a mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Inputs de outros preços quotados não incluídos em nível 1 os quais são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (nível 2).
- Inputs para o ativo ou passivo que não são com base em dados observáveis do mercado (input não-observável) (nível 3).

As aplicações financeiras da Seguradora estão classificados como:

5.6. Gestão do risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No primeiro semestre a concentração bruta de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídos na região sul da seguinte forma:

Produto	Região	
	Sul	Total geral
Compreensivo residencial.....	245	245
Compreensivo condomínio	2	2
Compreensivo empresarial.....	92	92
Riscos nomeados e operacionais.....	25	25
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	636	636
Acidentes pessoais coletivo	1	1
Vida coletivo	707	707
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	18	18
Penhor rural.....	3	3
Seguro de vida do produtor rural	14	14
Acidentes pessoais individual	80	80
Vida individual.....	345	345
Total	2.168	2.168

Produto (Resseguro líquido de comissão)	Região	
	Sul	Total geral
Compreensivo residencial.....	2	2
Compreensivo empresarial.....	4	4
Riscos nomeados e operacionais.....	3	3
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	5	5
Vida coletivo	11	11
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	8	8
Total	33	33

Excesso de Danos	Região	
	Sul	Total geral
COOPERGAY do Brasil Corretora de Seguros Ltda.....	130	130
Total	163	163

5.7. Gestão de risco de capital - Capital adicional para risco de subscrição e de crédito: No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, a partir de Janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras. A partir de 2011, passaram a vigorar regras de alocação de capital para os riscos provenientes das operações de crédito realizadas com congêneres, resseguradores e entidades financeiras. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 22. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Seguradora esta estudando modelo interno para cálculo do capital requerido.

5.8. Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
Ativos pós-fixados públicos				
Letras financeiras do tesouro - LFT	Redução de 1,19% na taxa	3.094	37	3.131
Inflação				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Redução de 1,19% na taxa	771	9	780
Outros				
Recibo de Deposito Cooperativo - RDC	Redução de 1,09% na taxa	1.921	21	1.942
		5.786	67	5.853
			40	

Impacto líquido de efeito tributário

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

6. Caixa e equivalente de caixa:

Composto pelos valores da rubrica “Disponível”:
Caixa e saldos bancários..... 12
Total

7. Ativos financeiros:

7.1. Aplicações (ao valor justo por meio de resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2013:

	Valor de custo			
	Acima de 365 dias	Valor de mercado	atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	5.786	5.786	5.786	100%
Certificado de depósito bancário - CDB	771	771	771	13%
Letras financeiras de tesouro - LFT	3.094	3.094	3.094	54%
Títulos de renda fixa - RDC	1.921	1.921	1.921	33%
Total	5.786	5.786	5.786	100%

A taxa de juros contratada para as aplicações da carteira é o CDI.

As movimentações das aplicações no exercício estão abaixo demonstradas:

	31/12/2012	Aplica- cões	Resga- tes	Rendi- mentos	31/12/2013
Certificado de depósito bancário - CDB	-	4.500	(3.777)	48	771
Letras financeiras de tesouro - LFT	-	3.009	-	85	3.094
Títulos de renda fixa - RDC	-	4.609	(2.725)	37	1.921
Circulante	-	12.118	(6.502)	170	5.786

7.2. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

Letras financeiras de tesouro - LFT	3.094
Total dos ativos em cobertura	3.094
Provisões técnicas-seguros.....	2.562
(-) Ativos de resseguros - Provisões técnicas.....	(177)
Total a ser coberto	2.385
Excedente de cobertura	709

8. Crédito das operações com seguros e resseguros:

8.1. Prêmios a receber:

Ramos	Prêmios a receber de segu- rados	Redução ao valor recupe- rável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcela- mento mensal
Compreensivo residencial	246	(1)	245	12
Compreensivo condomínio	2	-	2	10
Compreensivo empresarial.....	92	-	92	12
Riscos nomeados e operacionais.....	25	-	25	10
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	636	-	636	1
Acidentes pessoais coletivo	1	-	1	4
Vida coletivo	707	-	707	12
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	18	-	18	1
Penhor rural.....	3	-	3	4
Seguro de vida do produtor rural	14	-	14	1
Acidentes pessoais individual	80	-	80	12
Vida individual.....	346	(1)	345	12
Total	2.170	(2)	2.168	8

8.2. Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	2.126
Vencidos até 30 dias.....	38
Vencidos de 31 a 60 dias.....	4
Vencidos a mais de 61 dias	2
Total	2.170

9. Ativos de resseguro - Provisões técnicas:

Ativo	Prêmio de resse- guro diferido	Sinistros de resse- guros	IBNR- Sinistros ocorridos e não avisados	Totais Ativos de resse- guro - Provisões técnicas
Compreensivo residencial	41	-	1	42
Compreensivo empresarial.....	16	-	1	17
Riscos nomeados e operacionais.....	9	-	1	10
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	5	-	1	6
Vida coletivo	35	1	5	41
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	46	-	2	48
Acidentes pessoais Individual.....	2	-	-	2
Vida individual.....	9	-	2	11
Totais	163	1	13	177

10. Demais ativos a receber:

10.1. Títulos e créditos a receber:

Sancor Argentina	194
Subvenções governamentais	26
Títulos e créditos a receber	13
	233

10.2. Créditos tributários:

Imposto de renda a compensar (i).....	2
Antecipação de imposto de renda	6
Antecipação de contribuição social	6
	14

(i) Refere-se a retenção na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa.

11. Despesas antecipadas:

Descrição	
COOPERGAY do Brasil Corretora de Seguros Ltda. (*)	287
	287

(*) A Seguradora mantém junto a COOPERGAY um contrato de intermediação junto aos seus resseguradores.

12. Custos diferidos:

Descrição	31/12/2012	Constituição / (Reversão)	31/12/2013
Compreensivo residencial	-	101	101
Compreensivo empresarial.....	-	29	29
Riscos nomeados e operacionais.....	-	6	6
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	-	131	131
Vida coletivo	-	157	157
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	-	7	7
Penhor rural.....	-	1	1
Seguro de vida do produtor rural	-	1	1
Acidentes pessoais individual	-	54	54
Vida individual.....	-	90	91
Totais	-	577	577

Os custos diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos diferidos pro - rata dia com base na vigência das apólices.

13. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro do investimento em controlada:

Investimento em controlada	
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitana	1
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul.....	1
Total	2

Descrição	Taxa anual de depre- ciação	Custo	Depre- ciação acumulada	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	148	(46)	102
Equipamentos.....	20%	108	(13)	95
Móveis, máquinas e utensílios	10%	139	(8)	131
Veículos.....	20%	95	(4)	91
		490	(71)	419

A Sancor Seguros Participações S.A. transferiu em 30 de junho de 2013, todos os seus bens imobilizados para a Seguradora pelo valor líquido da depreciação, mediante aporte de capital social, conforme descrito na Nota 3.5.

Descrição	Taxa anual de amorti- zação	Custo	Amorti- zação acumulada	Saldo líquido
Direito de uso de software de terceiros	20%	2.281	(132)	2.149
		2.281	(132)	2.149

O intangível é constituído por despesas com direito de uso de sistemas de computação, sendo as amortizações efetuadas com base em taxa anual de 20%. A Sancor Seguros Participações S.A. transferiu em 30 de junho de 2013, todos os seus direitos de uso de software de terceiro para a Seguradora pelo valor líquido da amortização, mediante aporte de capital social, conforme descrito na Nota 3.4.

16. Obrigações a pagar:

As obrigações a pagar da Seguradora são representadas por:

Fornecedores	343
Participações nos lucros a pagar	36
	379

continua...

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Demais contas a pagar:

17.1. Impostos e contribuições a pagar:

Imposto sobre operações financeiras - IOF.....	29
Imposto de renda retido na fonte - IRRF.....	32
Imposto sobre serviços - ISS.....	1
Contribuições previdenciárias.....	44
COFINS.....	22
PIS.....	3
Outros impostos.....	14
	<u>145</u>

17.2. Provisões e encargos trabalhistas:

Férias a pagar.....	132
Contribuições para o FGTS.....	14
Encargos sociais a recolher.....	49
	<u>195</u>

18. Débitos das operações com seguros e resseguros: Abaixo demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, liquidas de comissão, registrados na rubrica “Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras”:

Descrição

Resseguradora local.....	162
Resseguradora admitida.....	1
Total.....	<u>163</u>

19. Corretores de seguros e resseguros:

Ramos de seguro

Compreensivo residencial.....	51
Compreensivo condomínio.....	1
Compreensivo empresarial.....	20
Riscos nomeados e operacionais.....	5
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	233
Vida coletivo.....	139
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	2
Penhor rural.....	1
Seguro de vida do produtor rural.....	6
Acidentes pessoais individual.....	34
Vida individual.....	93
Total.....	<u>585</u>

20. Outros débitos operacionais:

Ramos de seguro

Vida coletiva.....	3
Total.....	<u>3</u>

21. Provisões técnicas - seguros:

(a) Provisões técnicas

	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Passivo					
Compreensivo residencial.....	486	55	18	5	564
Compreensivo condomínio.....	2	-	-	-	2
Compreensivo empresarial.....	138	6	4	2	150
Riscos nomeados e operacionais.....	27	-	3	-	30
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	345	8	30	2	385
Acidentes pessoais coletivo.....	1	-	-	-	1
Vida coletivo.....	652	-	88	5	745
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	68	-	2	-	70
Penhor rural.....	3	-	-	-	3
Seguro de vida do produtor rural.....	2	-	2	-	4
Acidentes pessoais individual.....	144	-	11	1	156
Vida individual.....	346	25	76	5	452
	<u>2.214</u>	<u>94</u>	<u>234</u>	<u>20</u>	<u>2.562</u>

(b) Desenvolvimento de sinistros: A seguradora iniciou suas operações em março de 2013 sendo assim não apresenta desenvolvimento de sinistros para exercícios anteriores.

	Sinistros avisados	Reabertura de sinistros	Ajustes de sinistros	Sinistros cancelados	Sinistros pagos	Passivo de sinistros a liquidar
Passivo						
Compreensivo residencial....	503	13	(198)	(80)	(183)	55
Compreensivo empresarial....	129	-	(61)	(7)	(55)	6
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	8	-	-	-	-	8
Vida coletivo.....	38	-	-	(38)	-	-
Vida individual.....	55	-	-	-	(30)	25
	<u>733</u>	<u>13</u>	<u>(259)</u>	<u>(125)</u>	<u>(268)</u>	<u>94</u>

22. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é representado por 14.806 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SANCOR Seguros Participações S.A. é detentora de 100%.

Descrição

Capital social.....	9.000
Aumento de capital em aprovação.....	5.806
Total.....	<u>14.806</u>

(b) Patrimônio líquido ajustado e margem de Solvência: A partir das regras de capital mínimo requerido, estabelecidas pelas Resoluções CNSP nº 241 de 2011, 280 e 282 de 2013, bem como regras previstas na Resolução do CNSP nº 55, de 3 de setembro de 2001, que dispõe sobre os critérios para o cálculo da margem de solvência, e Resolução do CNSP nº 222, de 6 de dezembro de 2010 e alterações posteriores, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do patrimônio líquido ajustado da SANCOR

Seguros do Brasil S.A. Os valores apurados são:

Patrimônio líquido.....	10.561
Participação em controlada.....	(2)
Créditos tributários.....	(2.749)
Ativos intangíveis.....	(2.149)
Patrimônio líquido ajustado.....	<u>5.661</u>
Margem de solvência.....	
(b) 20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses.....	638
(a) 33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses.....	53
Margem de solvência - maior valor entre (a) e (b) (i).....	<u>638</u>
Capital base.....	2.200
Capital adicional - Risco de subscrição.....	621
Capital adicional - Risco de crédito.....	73
Capital adicional - Operacional.....	12
Capital de risco.....	673
Capital mínimo requerido (ii).....	2.200
Suficiência (insuficiência) de capital (iii).....	<u>3.461</u>

(i) Foram utilizados os valores de prêmios e sinistros retidos do período de 01/2013 a 05/2013 da SANCOR Seguros S.A., em conformidade com o previsto no artigo 3º da Circular SUSEP Nº 413/2010. (ii) O Capital mínimo requerido é o maior valor entre a Margem de Solvência e o Capital de Risco. (iii) A suficiência (insuficiência) de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos Capital Mínimo Requerido. Conforme apresentado acima, a Seguradora apresentou uma suficiência de R\$ 3.461 do Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2013 em relação ao Capital Mínimo Requerido, em conformidade com a da Resolução CNSP 226/2010, 265/2012 e 277/2013 uma vez que a suficiência do PLA em relação ao Capital Mínimo Requerido foi de 6%.

23. Partes relacionadas: A Seguradora utilizou a estrutura administrativa operacional com a SANCOR Seguros Participações S.A. As despesas incorridas com essa estrutura são referentes ao período de 10 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013.

Despesas administrativas.....	2.418
Intangível.....	1.319
Imobilizado (líquido da depreciação).....	369
	<u>4.106</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o total de remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 333. A Seguradora considera como pessoal-chave os membros da diretoria.

24. Detalhamentos das contas da demonstração do resultado:

24.1. Prêmios emitidos líquidos:

	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Compreensivo residencial.....	866	(70)	(2)	794
Compreensivo condomínio.....	3	(1)	-	2
Compreensivo empresarial.....	242	(31)	(2)	209
Riscos nomeados e operacionais.....	45	(12)	-	33
Prestamista (exceto habitacional e rural)....	1.185	(8)	(10)	1.167
Acidentes pessoais coletivo.....	9	(4)	-	5
Vida coletivo.....	1.025	(62)	-	963
Seguro agrícola sem cobertura do FESR....	83	-	-	83
Penhor rural.....	3	-	-	3
Seguro de vida do produtor rural.....	47	-	-	47
Acidentes pessoais individual.....	184	(6)	-	178
Vida individual.....	440	(24)	-	416
	<u>4.132</u>	<u>(218)</u>	<u>(14)</u>	<u>3.900</u>

24.2. Variações das Provisões Técnicas de prêmios:

Compreensivo residencial.....	(486)
Compreensivo condomínio.....	(2)
Compreensivo empresarial.....	(138)
Riscos nomeados e operacionais.....	(27)
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	(345)
Acidentes pessoais coletivo.....	(1)
Vida coletivo.....	(652)
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	(68)
Penhor rural.....	(3)
Seguro de vida do produtor rural.....	(2)
Acidentes pessoais individual.....	(144)
Vida individual.....	(346)
Total.....	<u>(2.214)</u>

24.3. Prêmio Ganho:

Compreensivo residencial.....	308
Compreensivo empresarial.....	71
Riscos nomeados e operacionais.....	6
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	822
Acidentes pessoais coletivo.....	4
Vida coletivo.....	311
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	15
Seguro de vida do produtor rural.....	45
Acidentes pessoais individual.....	34
Vida individual.....	70
Total.....	<u>1.686</u>

24.4. Sinistros ocorridos:

	Índice de sinistralidade %
Compreensivo residencial.....	(276) 35%
Compreensivo empresarial.....	(69) 33%
Riscos nomeados e operacionais.....	(3) 9%
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	(40) 3%
Vida coletivo.....	(92) 10%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	(2) 2%
Seguro de vida do produtor rural.....	(3) 6%
Acidentes pessoais individual.....	(11) 6%
Vida individual.....	(136) 33%
Total.....	<u>(632) 16%</u>

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios retidos brutos

24.5. Custos de aquisição:

	Índice de Comercialização %
Compreensivo residencial.....	(67) 8%
Compreensivo empresarial.....	(12) 6%
Riscos nomeados e operacionais.....	(1) 3%
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	(297) 25%
Acidentes pessoais coletivo.....	(6) 120%
Vida coletivo.....	(56) 6%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	(2) 2%
Seguro de vida do produtor Rural.....	(14) 30%
Acidentes pessoais individual.....	(12) 7%
Vida Individual.....	(20) 5%
Total.....	<u>(487) 12%</u>

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios retidos brutos.

24.6. Outras receitas e despesas operacionais:

Compreensivo residencial.....	(1)
Vida coletivo.....	(6)
Vida individual.....	(1)
Outras despesas.....	<u>(92)</u>
	<u>(100)</u>

24.7. Receita com resseguro:

Resultado com resseguro

Compreensivo residencial.....	2
Compreensivo empresarial.....	1
Riscos nomeados e operacionais.....	1
Vida coletivo.....	5
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	2
Acidentes pessoais individual.....	<u>2</u>
	<u>13</u>

24.8. Despesa com resseguro:

Compreensivo residencial.....	(61)
Compreensivo empresarial.....	(19)
Riscos nomeados e operacionais.....	(2)
Prestamista (exceto habitacional e rural).....	(7)
Vida coletivo.....	(35)
Seguro agrícola sem cobertura do FESR.....	(10)
Seguro de vida do produtor rural.....	(1)
Acidentes pessoais individual.....	(1)
Vida individual.....	<u>(2)</u>
	<u>(138)</u>
Total do resultado com resseguro.....	<u>(125)</u>

24.9. Despesas administrativas:

Despesas com pessoal próprio.....	(2.301)
Despesas com serviço de terceiros.....	(2.241)
Despesas com localização e funcionamento.....	(1.798)
Despesas com propaganda e publicidade.....	(1.087)
Despesas com publicações.....	(18)
Despesas com donativos.....	(9)
Despesas administrativas diversas.....	<u>(122)</u>
	<u>(7.576)</u>

24.10. Despesas com tributos:

PIS e COFINS.....	(82)
Taxa de fiscalização.....	(145)
Outros.....	<u>(3)</u>
	<u>(230)</u>

24.11. Resultado Financeiro:

Receitas com títulos renda fixa públicos.....	85
Receitas com títulos renda fixa privados.....	413
Receitas com operações de seguros.....	16
Despesas financeiras.....	<u>(8)</u>
	<u>506</u>

25. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social		
Resultado antes dos impostos e participações.....	(6.958)	(6.958)
Despesas não dedutíveis.....	86	86
Alíquota nominal - %.....	25	15
IRPJ e CSLL.....	<u>1.718</u>	<u>1.031</u>

A Seguradora constituiu créditos sobre o prejuízo fiscal decorrente da apuração de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o prejuízo acumulado. A Seguradora estima que os exercícios de 2104 e 2015 gerarão resultados negativos em virtude de ainda estão em início das operações, ainda se consolidando no mercado brasileiro, e como consequência, serão constituídos mais créditos tributários diferidos, sendo que as projeções futuras apresentam um cronograma de realização de tais tributos em dois anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Montante
2016.....	2.959
2017.....	<u>6.460</u>
	<u>9.491</u>

26. Benefícios a empregados: De acordo com CPC 33, a Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

Provisão participação nos lucros.....	<u>(36)</u>
---------------------------------------	-------------

Diretor Presidente:
Jorge Mauricio Tamayo Rodriguez

Diretor:
Willian Yarid Junior

Contador:
Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC ISP1457860-7
Atuário:
Cristina Maria Cantanhede Biasotto Mano - MIBA 900

Parecer Atuarial

Aos Acionistas da SANCOR Seguros do Brasil S.A.
Elaboramos a avaliação atuarial das Provisões Técnicas da SANCOR Seguros do Brasil S.A. (“SANCOR”) com base em 31 de dezembro de 2013, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/04. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam, principalmente, avaliar a adequação das Provisões Técnicas em relação aos compromissos, passados e futuros da Companhia, com os segurados. Desta forma, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como, a movimentação na carteira desde o início da operação em

15 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013. Pela nossa avaliação, seguindo os critérios estabelecidos na Circular SUSEP 457/2012 para a realização do Teste de Adequação dos Passivos, e assumindo sinistralidades futuras para os negócios vigentes e premissas de despesas alinhadas com a experiência do mercado segurador, não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura. Em nosso julgamento, adotamos as melhores premissas para este momento, em função do pouco tempo de operação da empresa. Sendo assim, ratificamos que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas Notas Técnicas de Provisões Técnicas da SANCOR estão sendo

obedecidos, e as provisões técnicas constituídas na data de 31 de dezembro de 2013 encontram-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às práticas atuariais aplicáveis.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2014

Cristina Mano
Atuário Responsável Técnico
MIBA 900

Maurício Tamayo
Diretor Técnico
SANCOR Seguros do Brasil S.A.

continua...

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas SANCOR Seguros do Brasil S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da SANCOR Seguros do Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANCOR Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Barueri, 25 de fevereiro de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP 127241/O-0 "S" PR

R\$ 9288,00 - 16808/2014

EDUCAÇÃO

UM NOVO TEMPO



Educação é prioridade absoluta do Governo do Paraná. Os avanços concedidos ao magistério fazem parte do compromisso em melhorar a qualidade do ensino público. Em menos de 3 anos, foram atendidas reivindicações históricas como o pagamento da equiparação e aprovação do plano de carreira do funcionário. Os reajustes para os professores e pedagogos chegaram a 50,16%, assegurando, pela primeira vez, que os professores concursados no Paraná ingressem na carreira com salário inicial igual aos demais servidores de nível superior do Estado. Somos exemplo para o Brasil.

AUMENTOS EM SEQUÊNCIA

Reajuste para os professores desde 2011

2011	12,8%	
2012	19,55%	
2013	7,11%	Com 0,6% retroativo a maio
2013	3,94%	Última parcela da equiparação em outubro
Total 3 anos		50,16%

Inflação no período: 16,99% (IPCA)

Piso nacional: R\$ 1.567,00

Salário de ingresso no Paraná: R\$ 2.886,32

Deixe a conta de água por conta do débito automático.



Autorize o débito automático da conta de água na sua conta corrente. Assim, você não precisa se preocupar com a data de vencimento, não fica em filas nem corre o risco de suspensão no abastecimento por atraso.

Se você é proprietário de casa na praia, tem mais uma razão para aproveitar essa facilidade. **É muito mais prático e seguro.**

Informe-se na sua agência bancária.
Dúvidas? Ligue 115 ou vá até um dos nossos escritórios de relacionamento com o cliente.



SANEPAR
www.sanepar.com.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

